

ACTA N.º 008/2007

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
CELEBRADA EM DOZE DE ABRIL DE DOIS MIL E SETE

UM - INTRODUÇÃO

Aos doze dias do mês de Abril de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pela hora designada, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, para além do Sr. Presidente, António Manuel Oliveira Rodrigues, o Sr. Vice-Presidente, Pedro Paulo Ramos Ferreira, os Vereadores Srs. Maria Manuela de Melo Pinheiro Antunes, Mário Folgado Mota, Nuno Carlos de Carvalho Dias dos Santos e Carlos António Lopes Tomé, comigo, Ana Maria Sobral Carvalho Martins, exercendo as funções de Secretária.

Aberta a reunião, foram de seguida tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia estabelecida pelo Sr. Presidente, ao abrigo do artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo, a qual foi entregue a todos os membros com a antecedência devida e que a seguir se transcreve. -----

DOIS - CORPO DA ACTA

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

Gabinete da Presidência

1. Representação da Câmara Municipal de Torres Novas na Geriparque, S.A.
2. Inventário e Aumento à Conta 51-Património.
3. Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Exercício de 2006
4. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2006

**REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES
NOVAS NA GERIPARQUE, S.A.**

O assunto em epígrafe foi retirado, para melhor análise.-----

INVENTÁRIO E AUMENTO À CONTA 51-PATRIMÓNIO

**PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2006**

APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2006

Foram presentes, para análise e eventual aprovação, o Inventário e os documentos de Prestação de Contas do Município do exercício de 2006, elaborados nos termos do Decreto-Lei 54-A/99 de 22/2, com a sua redacção actual, dando assim cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, com a sua redacção actual.

Deliberação N.º 190 (12/04/2007):

Após análise, a Câmara procedeu à votação dos documentos apreciados, pela seguinte ordem:

1- Inventário e aumento à conta 51 – Património (no total de 13.653.057,88€, proveniente das regularizações ao inventário dos Bens do Imobilizado): aprovado, por unanimidade, com seis votos favoráveis (Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Vereadores Srs. Manuela Pinheiro, Mário Mota, Nuno Santos e Carlos Tomé).

2 - Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Exercício de 2006: aprovado, por maioria absoluta, com quatro votos a favor (Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Vereadores Srs. Manuela Pinheiro e Mário Mota) e dois votos contra (Vereadores Srs. Nuno Santos e Carlos Tomé).

3 - Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2006 (no valor de 27.746,71 €, em Reservas Legais): aprovado, por unanimidade, com seis votos favoráveis (Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Vereadores Srs. Manuela Pinheiro, Mário Mota, Nuno Santos e Carlos Tomé).

Os documentos em epígrafe serão remetidos à Assembleia Municipal, para os fins consignados na al. c) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18/9, com a sua redacção actual.

O **Sr. Presidente** apresentou a seguinte declaração de voto dos autarcas do Partido Socialista:

“A Conta de Gerência da Câmara Municipal de Torres Novas, relativa à actividade do ano de 2006, tem a particularidade de praticamente concluir um ciclo coincidente com o fecho do QCAIII. De facto, desta fonte de financiamento só nos resta o apoio financeiro para as obras de ajardinamento, a efectuar em torno do castelo, para se fechar definitivamente qualquer tipo

de participação comunitária neste quadro. É, pois, hora de balanço para os investimentos comunitários que em 2001 se iniciaram, um pouco por todo o concelho, e com incidência específica na cidade, tendo como pano de fundo o Turrís XXI – programa específico para a sede do concelho, também ele ao abrigo de apoios comunitários dirigidos exclusivamente para aquele fim.

Com recurso aos apoios comunitários, a que acresceram complementos financeiros da própria autarquia e do Estado Português, Torres Novas investiu, nos últimos 6 anos, um valor aproximado de 35 milhões de euros, (sete milhões de contos) ignorando-se neste cálculo os milhões de euros investidos noutras obras um pouco por todo concelho, neste período de tempo, sem qualquer tipo de apoio comunitário ou outro e, em exclusivo, através do esforço financeiro da autarquia.

A oposição política na Câmara de Torres Novas, nomeadamente, o PSD e a CDU têm, legitimamente, usado como arma política de arremesso a dívida do município que, efectivamente, ascende a aproximadamente 35 milhões de euros. Mas ignoram, propositadamente, os investimentos e as transformações operadas em Torres Novas nos últimos anos. É evidente que, se o concelho de Torres Novas estivesse estagnado e os investimentos fossem inexistentes, não haveria dívida expressiva nas contas do município, mas seria a mesma oposição que hoje nos critica pela dívida, a atacar o poder executivo por incapacidade de fazer obra, falta de estratégia e incapacidade para captar apoios comunitários.

Para se ter uma ideia da evolução financeira do município, a Câmara de Torres Novas teve que despende, e juntar às candidaturas comunitárias entre 2001 e 2006, um valor aproximado de 15 milhões de euros para que as obras pudessem ser feitas. O investimento, que por casualidade coincide com o montante da dívida, está na base de obras de vulto que hoje são referência em Torres Novas, na região e até no país. E delas temos orgulho.

E é mesmo verdade que, se estas obras, nomeadamente alguns equipamentos, se não tivessem sido feitos naquele período de tempo, hoje, com a nova lei das finanças locais e com a

nova filosofia do próximo Quadro Comunitário de Apoio, seria quase impossível, ou mesmo impossível, a sua execução. Houve neste período de tempo, com as apostas que se fizeram, um sentido de responsabilidade por se estar perante uma oportunidade única para que Torres Novas se afirmasse como uma das âncoras da região, apostando fortemente na sua estratégia de coesão.

E isso foi plenamente conseguido.

As novas regras da lei das finanças locais vêm – e muito bem – pôr ordem contabilística na análise rigorosa que se pretende para as contas dos municípios portugueses. Ora, com a sua aplicabilidade, a nossa autarquia tem um endividamento de aproximadamente 31 milhões de euros, o que obriga a uma nova forma de encarar as finanças das câmaras. Não basta dizer quanto se deve, é fundamental dizer-se quanto há a receber. E é essa nova postura técnica que, de ora em diante, se deve adoptar. Porque a lei assim o determina. Uma coisa é dever-se 35 milhões de euros, outra coisa bem diferente é – salvaguardando o que nos devem – ter-se um endividamento de 31 milhões de euros, porque se abatem os valores que nos são devidos, seja pelo Estado, seja pela Comunidade Europeia...

Em 2001, ano do arranque dos grandes investimentos do QCAIII, a Câmara devia então 20 milhões. Hoje tem um endividamento de 31 milhões, mas suportou para esses investimentos 15 milhões... parece que assim melhor se entende a evolução financeira da autarquia.

Entre estagnar as contas para não apresentar dívida e fazer obra aproveitando todos os meios disponíveis, optámos por esta via. Não nos arrependemos. O presente já nos dá razão, mas o futuro a todos dirá que foram justas e estrategicamente importantes as opções tomadas nestes últimos anos.

Por tudo isto votámos favoravelmente as contas. Mas seria injusto não evocar nesta declaração a forma como as mesmas foram apresentadas. Também aqui a evolução e a

capacidade técnica dos nossos serviços é de realçar e de elogiar. As contas da Câmara são apresentadas com rigor e transparência técnica com um manancial de informações que em muito ultrapassa o exigido na lei. Se estamos bem no que concerne ao conteúdo das contas, a forma como elas hoje aqui foram presentes é também factor de regozijo para todos.”

O Vereador Sr. Carlos Tomé justificou o seu sentido de voto, nos seguintes termos:

“Em primeiro lugar importa referir a grande qualidade da apresentação deste documento, o qual disponibiliza uma grande quantidade de informações necessárias para se avaliar a gestão municipal, sendo certo que os elementos e os dados facultados vão muito para além do que é obrigatório por lei.

Mas, infelizmente, o aspecto formal deste documento não está em discussão, mas sim o seu conteúdo e, no fundo, a gestão municipal no ano de 2006.

Antes de mais, a Prestação de Contas deve ser analisada em função do Plano de Actividades Municipal e Orçamento de 2006 e deve também sobre ela recair a avaliação sobre a gestão municipal neste ano.

Deve dizer-se desde logo – como aspecto negativo - que se bateu o recorde histórico de alterações ao Orçamento, num total de 53, incluindo uma revisão, numa média de uma alteração por semana. Ora esta exageradíssima quantidade de alterações orçamentais não é admissível e apenas reflecte que não existiu o indispensável rigor na elaboração do Orçamento.

Sobre o Relatório de Gestão e no que diz respeito à gestão orçamental – orçamento da receita - deve referir-se que o nível de execução se ficou apenas pelos 44,36% da receita orçamentada. Com efeito, foram orçamentados na globalidade 59.898.487,63 mas apenas se arrecadaram 26.569.579,42. De salientar que se trata da percentagem mais baixa do último triénio, pois em 2005 o nível de execução foi de 46,57% e em 2004 foi de 45,87%.

Mas se analisarmos a receita de capital então o nível de execução baixa ainda mais para os 24,29% sendo que a receita corrente atingiu os 66,08%, o que significa o mais baixo

índice de execução dos últimos 3 anos. Isto é, em 2005 o nível foi de 73,59% e em 2004 foi de 85,64%.

Vejam algumas rubricas que dão origem a este fraquíssimo grau de execução. Nos *impostos directos*, na rubrica IMT previu-se uma receita de 3.651.909,50 e apenas se receberam 1.807.777,93 ou seja metade do previsto. Nos *impostos indirectos*, na rubrica *loteamentos e obras*, estavam previstos 4.577.777,00 mas apenas se receberam 561.749,22 ou seja 12% do orçamentado. Foi indicada, como justificação para estes autênticos falhanços, a previsão de se receber 4 milhões de euros de TMU com o empreendimento do Boquilobo. Claro que esta justificação não faz qualquer sentido, pois logo aquando da discussão do Orçamento tive ocasião de criticar o empolamento óbvio dessa receita e da evidente impossibilidade de receber esses valores, uma vez que seria impossível receber em 2006 sequer um cêntimo de tal empreendimento, pois este não se encontrava em condições de sobre o mesmo poderem ser cobradas quaisquer TMU.

Na rubrica *rendas de terrenos* foram previstos 1.250.300,00 mas apenas recebidos 10.572,28 ou seja apenas 0,8% do previsto. Aqui a justificação é a não alienação dos direitos de propriedade dos terrenos da Sópovo. Também esta justificação já tinha servido no ano de 2005 e não teve qualquer concretização.

Nas *receitas de capital*, a rubrica mais relevante nesta matéria é a *venda de bens de investimento* – onde se integra a *venda de terrenos* - na qual foram orçamentados 19.738.378,85 e apenas se receberam 178.431,10 o que significa um caricato nível de execução de 0,9%, não chegando sequer a 1%. Esta rubrica é uma das responsáveis pelo exagerado empolamento orçamental da receita, que é sistematicamente apontado aquando da discussão do Orçamento anual e depois sistematicamente confirmado o inadmissível exagero no momento da análise da Prestação de Contas.

No que diz respeito ao Orçamento da despesa, o panorama não é melhor. Foi prevista uma despesa global de 59.898.487,63 mas apenas foi executado 26.076.006,66 o que constitui apenas 43,53% do previsto, sendo este o nível de execução mais reduzido dos últimos 3 anos.

Também curioso é verificar que a despesa corrente tem um nível de execução de 68,53% mas a despesa de capital apenas de 27,82%, isto é, a despesa corrente atingiu os 15.844.154,03, constituindo o valor mais elevado dos últimos anos, enquanto a despesa de capital – que pode ser considerada investimento no sentido amplo – se ficou pelos 10.231.852,63, valor inferior ao de 2005. Isto quer dizer que a Câmara aumentou as suas despesas correntes - que são despesas improdutivas, apenas necessárias para manter a máquina em funcionamento, atingindo o seu maior valor em 2006 - e reduziu o investimento. Ora isto não é aceitável.

Vejamos agora se o PPI – Plano Plurianual de Investimentos e o PAM – Plano Actividades Municipal foram cumpridos em valores aceitáveis. No PPI verificamos que estava prevista uma despesa de 33.927.723,04 mas apenas se realizou 9.022.915,45 ou seja 26,59% o que é um índice inaceitável. Mas se olharmos para algumas rubricas mais importantes concluímos que a Câmara não deu a importância devida aos respectivos sectores de actividade.

Por exemplo, a execução do PPI no âmbito das *funções sociais* ficou-se pelos 38,86%, no *ordenamento do território* 24,19%, no *saneamento* 12,94% e na *protecção do meio ambiente* 17,16%.

No PAM a situação não é melhor se atentarmos em que o grau de cumprimento se ficou apenas pelos 46,02% o que é demasiado reduzido e o nível mais baixo dos últimos 3 anos.

De um valor de 10.229.212,31 a Câmara apenas executou 4.707.728,72. Ora, não é minimamente aceitável que a Câmara não consiga cumprir sequer metade do que foi previsto no Plano de Actividades. É o descrédito total desta gestão municipal.

Se analisarmos algumas rubricas, concluiremos facilmente pela falta de uma aposta séria nos sectores mais importantes, como por exemplo no saneamento básico, onde apenas se investiu 19.552,81, o que significa 29,94% do previsto, com a agravante de que o valor de investimento previsto – 65.296,14 – já era ridículo em face do valor total do PAM de mais de 10 milhões de euros, constituindo apenas 0,6% desse valor. Mas mesmo assim apenas se investiram pouco mais de 19 mil euros num sector básico que deveria merecer uma atenção prioritária por parte do município. A este respeito basta dizer que não foi gasto um cêntimo

sequer em diversas obras que estavam previstas ao nível do saneamento básico, designadamente em Parceiros, Árgea, Pedrógão, Boquilobo, Chancelaria, Outeiro Grande, Assentis, Casais de Igreja, Liteiros, Mata, Meia Via, Zibreira, Almonda, Casais Martanes e Fungalvaz.

Quanto à situação financeira do município verificamos que a dívida já atinge 35.691.554,52 tendo aumentado só neste ano 4. 408.534, ou seja, um aumento de 14%, a acrescer ao aumento de 38% do ano anterior. De salientar que a dívida aumentou 80% de 2002 para 2006, o que é muito grave. Claro que a dívida nunca poderá ser paga em 9 anos, como se afirma no documento, pois tal só seria possível se a Câmara parasse a sua gestão e estivesse sem fazer despesas nem contrair mais dívidas durante todos esses anos.

Outro aspecto que deve ser tomado em consideração é o excessivo défice - 593.869,86 - resultante da gestão do Teatro Virgínia. Aliás, só o défice do Virgínia atinge um terço do conjunto do défice de todos os 8 equipamentos culturais e desportivos do município: as duas bibliotecas, Palácio dos Desportos, piscinas, ginásio municipal, pavilhão de Riachos e estádio municipal, sendo o valor global desse défice de gestão de 1.575.107 euros. Esta situação devia ser analisada de forma séria e profunda porque o município não tem condições financeiras para poder suportar uma tão grande situação deficitária.

Ora, de uma forma geral, e depois desta análise nos seus diversos aspectos, podemos concluir que a Prestação de Contas reflecte a falta de execução em níveis aceitáveis dos valores orçamentados; o reduzidíssimo grau de cumprimento do planeado; o aumento das despesas correntes e redução do investimento; o aumento da dívida; a ausência de qualquer investimento no saneamento básico, à semelhança de sucessivos anos anteriores e o enorme défice de gestão de alguns equipamentos culturais e desportivos.

Assim, a Prestação de Contas de 2006 traduz uma gestão municipal incorrecta e absolutamente inaceitável, pelos motivos expostos, pelo que voto contra.”

O Vereador Sr. Nuno Santos apresentou a seguinte declaração de voto:

“Na análise do Relatório e Contas referentes ao ano de 2006, há a realçar alguns dados que desde logo assumem preponderância relevante e que são demonstrativos da gestão efectuada pelo PS enquanto responsáveis máximos pela mesma.

Quanto às receitas, destaca-se desde logo uma baixa execução do orçamentado, quedando-se as mesmas por um valor de cerca de 44,36% do previsto. Já em 2005 a execução tinha sido de 46,57% do total das receitas, o que atesta uma vez mais a sobre-orçamentação que recorrentemente se apresenta anualmente para a aprovação. Durante 2006, o total de receitas aumentou apenas 382.248,76 Euros, quando se previa um aumento de 34.184.663,97, o que demonstra a incapacidade actual em captarmos receita, para fazer face aos compromissos assumidos. De realçar a rubrica dos Impostos Indirectos em que se previam cobrar 6.335.255,50 Euros e arrecadaram-se apenas 876.936,55 Euros, uma valor ainda mais baixo do que em 2005, tendo baixado em cerca de 10%.

Do lado da despesa, realça-se o aumento em cerca de 1.000.000,00 Euros com o pessoal, significando um aumento de 15,41% nesta rubrica quando comparado com o ano de 2005.

Também nas rubricas Juros e Outros encargos, assim como Outras despesas correntes, os aumentos foram muito significativos, 62,15% e 239,74% respectivamente.

O activo aumentou em cerca de 11.000.000,00 Euros, fruto de reavaliações efectuadas, mas este é constituído principalmente por Imobilizado de Domínio Público, activo não alienável, não constituindo por isso uma possibilidade de liquidez.

Na introdução do relatório da autoria do PS, são ditas duas afirmações que necessariamente tenho que sublinhar:

- “...a situação financeira da Autarquia está perfeitamente controlável e controlada” – fim de citação

- Concluem os serviços, “.... poderemos afirmar que é possível o pagamento da dívida actual em 9 anos” – fim de citação

As duas afirmações poderiam ser encaradas com optimismo, não fosse no próprio relatório serem apresentados dados que provam precisamente o contrário, e que são apresentados pelos mesmos serviços.

Senão vejamos:

- Receitas correntes aumentaram 6,32%, mas as despesas correntes aumentaram 7,85%, ou seja, estamos em convergência, em que as despesas se aproximam das receitas, condicionando em muito a utilização do saldo em investimento, já que as despesas de capital (investimento no grosso modo), são desde há muitos anos superiores às receitas de capital. *A situação financeira da Autarquia está perfeitamente controlável e controlada? Diz o PS....*

- Na análise conjunta Receita/Despesa, considera-se que a independência financeira da nossa autarquia é medida pela capacidade na arrecadação de Receitas Próprias, e que a mesma independência é atingida se as Receitas Próprias corresponderem a pelo menos 50% das Receitas Totais. Ora o valor da nossa Autarquia é de apenas 47,62%... *A situação financeira da Autarquia está perfeitamente controlável e controlada? Diz o PS...*

- Dizem também os serviços que a posição da Receita de Capital face à Despesa fica mais fragilizada, correspondendo a apenas 32,25% de capital. *A situação financeira da Autarquia está perfeitamente controlável e controlada? Diz o PS...*

- Quando se analisa o peso dos Capitais Alheios nos Capitais Totais, a dependência relativamente aos Capitais Alheios é superior a 50% (57,41%), situação que mais uma vez me leva a dizer.... *A situação financeira da Autarquia está perfeitamente controlável e controlada? Diz o PS...*

- Quanto à dívida poder ser paga até 9 anos, o que importa referir é que em 2005 o período de recuperação da dívida era de 6 anos e em 2004 de 4, ou seja, o período de recuperação tem vindo a aumentar, e sem tendência a inverter o sentido, o que me leva a perguntar, qual a intenção do executivo do PS em anunciar que “bastam 9 anos” para pagar a dívida, quando a mesma afirmação não é motivo de orgulho.

Neste relatório, um dos dados mais importantes e que me levam mais uma vez a questionar a afirmação *A situação financeira da Autarquia está perfeitamente controlável e*

controlada! são os indicadores de liquidez , que retratam a capacidade da Tesouraria da Autarquia, e que os serviços dizem, “...o Activo Circulante é suficiente para responder a apenas de cerca de 14% do Passivo Circulante o *que deixa antever problemas de Tesouraria*”...-fim de citação . Para uma Câmara que afirma ter a situação financeira perfeitamente controlável e controlada, parece-me que não deve ter lido o relatório, o qual contradiz nele todo essa afirmação.

De notar que o resultado Líquido do exercício é o mais baixo dos últimos anos, apenas 23.746,71 Euros, valor justificado em parte pelas amortizações que necessariamente tem que ser consideradas, mas o que acontecerá para o ano? É que em 2005 o resultado Líquido do exercício foi de 2.231.298,51 Euros.

Uma nota final para o excessivo prejuízo operacional que grande parte dos equipamentos municipais atingem por ano, ascendendo aos 3.300.000,00 Euros, referindo especialmente o caso do Teatro Virgínia que atingiu um prejuízo operacional superior aos 450.000,00 Euros!!!!

Será preciso gastar tanto?

Também deverá ser mais cuidada a gestão do Palácio dos Desportos e das Piscinas que apresentaram prejuízos de 215.329,86 Euros e 288.592,77 Euros respectivamente.

Como conclusão, as três mais recentes infra-estruturas edificadas na cidade, representam um prejuízo anual superior a 1.000.000,00 Euros. Juntando ao que custaram!!!!

Naturalmente face ao exposto, o meu sentido de voto é contra a aprovação desta Prestação de Contas e Gestão do Exercício de 2006, já que demonstra a continuidade da má gestão do executivo PS à frente do destino da Autarquia Torrejana.

Uma nota especial pelo excelente trabalho realizado pelos serviços neste relatório, o que facilitou em muito a análise do mesmo para uma apreciação efectiva e correcta das contas da Autarquia, sem deturpações de afirmações retiradas do mesmo, avulso e inconsequentes.”----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Deliberação N.º 191 (12/04/2007):

A Câmara deliberou, por unanimidade (seis votos), justificar a ausência do Vereador Sr. Lobo Antunes, devido a compromissos oficiais. -----

Esta acta foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

O **Sr. Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas, da qual para constar se lavrou a presente acta.

E eu Chefe da Secção de Apoio aos Órgãos
Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar juntamente com o Excelentíssimo
Presidente.-----